

SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

SINDSEF-SP
FILIADO A
CSP
Condições



PROJETO DE LEI ANTI CRIME

O ALVO SOMOS NÓS!



Governo Bolsonaro quer regulamentar a “licença para matar”

População das periferias, movimentos sociais e ativistas serão alvos caso o projeto Anti Crime do ministro Sérgio Moro se torne lei no Brasil

O projeto de lei Anti Crime, anunciado pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, no dia 04 de fevereiro de 2019, cria no ordenamento jurídico brasileiro uma “licença para matar” para os policiais e viola vários princípios da Constituição, retirando direitos e garantias fundamentais. Assim, vem na perspectiva de aumentar o extermínio da juventude pobre e negra e a criminalização dos movimentos sociais e ativistas.

As propostas de Moro alteram 14 pontos do Código Penal, Código de Processo Penal, Lei de Execução Penal, Lei de Crimes Hediondos e Código Eleitoral. Segundo ele, tais mudanças têm como objetivo “combater crimes violentos, organizações criminosas e a corrupção” no país.



Porém, formuladas sem debate com a sociedade civil organizada, as medidas não apontam nenhuma solução para concreta para a questão orçamentária da segurança pública. Já no que diz respeito ao combate à corrupção,

o projeto não muda quase nada da atual legislação. É que após os escândalos de corrupção envolvendo o clã Bolsonaro, o ministro Moro mudou o discurso sobre a gravidade do tema. Antes da eleição, disse que “Caixa 2 é pior que corrupção”; depois, falou que “Caixa 2 não é tão grave quanto corrupção”. É evidente que impunidade contra os crimes de colarinho branco vai continuar.

As principais alterações nas leis, tais como a prisão após condenação em segunda instância, combate à organizações criminosas, aceitação de excessos para além uso moderado da força na ação de agentes de segurança do Estado, seguem uma política de enrijecimento da repressão e de engodo ao combate da máfia.

Um dos pontos do projeto, a previsão de “legítima defesa” para os policiais, abre as portas para que eles matem quando há conflito ou risco iminente de conflito, como prevenção de uma agressão. Ou seja, sempre que acharem conveniente. Se isso já ocorre nas periferias em todo o país de forma ilegal, com a aprovação do projeto de Moro, os policiais terão aval da justiça para cometer execuções sumárias, inclusive, de manifestantes em meio a um protesto. Na prática, qualquer pessoa pode ser abatida, independentemente de estar cometendo crime, meramente porque o policial julgou que ela é suspeita.

Isso porque, tanto para o presidente Jair Bolsonaro, quanto para o ministro, a solução para a segurança pública é o aumento da repressão, do encarceramento em massa e a ampliação do “atira e depois pergunta” por parte da Polícia Militar (PM).

Para o Sindsef-SP, é preciso ir à raiz do problema. Segurança pública não se garante com bala. Sem uma política efetiva de redução das desigualdades sociais, garantias de oportunidade de emprego, educação, saúde de qualidade e de combate à crise urbana não é possível construir uma sociedade mais humana e estável.



MATAR E MORRER

Projeto Anti Crime propõe menor rigor da lei em casos de assassinatos cometidos por agentes do estado

A polícia brasileira é uma das que mais mata (e também mais morre) no mundo. Em São Paulo, 1 em cada 5 assassinatos do estado tem a autoria de policiais, a maior proporção do país.

Segundo relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o Assassinato de Jovens (criada após muitos anos de denúncias sobretudo dos movimentos negros organizados e dos setores de defesa de direitos humanos), o Brasil “vive em guerra civil não declarada” (SENADO, 2016, p. 145). A polícia brasileira matou em cinco anos mais do que a polícia norte americana em 30 anos de trabalho.

Pelo projeto anti crime, o policial assassino poderá ter a pena reduzida até a metade. O juiz fica



autorizado a deixar de aplicar a lei e a pena prevista “caso o excesso decorrer de escusável medo, surpresa ou violenta emoção”. Com a mudança no Código de Processo Penal (CPP), ele poderá responder

a inquéritos e processos em liberdade. Com isso, o agente, investigado pelos próprios colegas, fica livre, podendo ameaçar testemunhas.

O mesmo não ocorre com os suspeitos comuns, porque uma outra mudança no CPP assegura a execução provisória de pena após condenação em segunda instância - o que caracteriza um ataque ao princípio constitucional da presunção de inocência. Mais de 20 mil pessoas já foram presas no país desde que o Supremo Tribunal Federal determinou a execução antecipada da pena. Com o projeto anti crime, isso vai piorar, causando mais superlotação dos presídios.

Portanto, as medidas propostas diferenciam os policiais do res-

tante da população, o que viola o princípio de que todos são iguais perante a lei, previsto no artigo 5º da Constituição. Além disso, atentam contra o princípio da dignidade humana ao dar o aval para o extermínio.



Bruna, mãe de Marcos Vinicius da Silva, de 14 anos, atingido a caminho da escola no RJ.

Foto: Antônio Scorza / Agência O Globo

O fim da presunção da inocência e o encarceramento em massa

Na lógica de Moro, todos são culpados, desde que sejam pobres e pretos. Ele propôs que a execução da pena comece logo após a condenação em segunda instância para a maioria dos crimes e a partir de condenação em primeira instância, por um Tribunal do Júri, em casos de homicídio.

Enquanto Moro se concentra em lutar pelo cumprimento da prisão antes do trânsito em julgado das decisões, quase a metade dos presos, mais de 40%, não foi sequer julgada em primeira, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Tal situação grave não é alvo do pacote do ministro,



metade dos presos têm entre 18 e 29 anos e 64% destes são negros.

O Brasil está em 3º lugar no ranking de pessoas presas, com aproximadamente 725 mil; atrás somente da China, com 1,6 milhão, e dos Estados Unidos, com 2,1 milhões, segundo levantamento da Pastoral Carcerária. O número de presos só tem aumentado. Entre 2014 e 2016, houve um crescimento de mais de 104 mil pessoas.

porque seu foco claramente não é resolver os reais problemas tanto da criminalidade quanto do sistema carcerário.

A população carcerária está entre as maiores do mundo, sendo composta na imensa maioria por negros, pobres e jovens. Mais da

A medida de Moro vai no sentido de legalizar essa situação e aumentar ainda mais a quantidade de jovens negros presos. É óbvio, pois já acontece atualmente, que os setores com menos condições de pagar altos preços para advogados renomados são os que mais sofrerão.



Rafael Braga, preso aos 25 anos nas manifestações de junho de 2013 portando Pinho Sol.



IMPORTAÇÃO DO “PLEA BARGAIN”

Essa prática possibilita acordos entre a justiça e o investigado. O “plea bargain”, como é conhecido nos EUA - país que mais prende no mundo -, consiste em acordo entre a promotoria e o réu. Com receio de responder por crime mais grave, o acusado se sente pressionado a aceitar o acordo mesmo sem ser culpado.

Ao propor a culpa negociada, Moro está aumentando a pressão para que ocorram confissões de inocentes e incentiva os meios violentos (como agressões e torturas), já largamente utilizados, para obter tais confissões nas delegacias.

Na prática, os presos têm negada a ampla defesa, direito do contraditório, e uma série de direitos fundamentais no processo penal.

A ligação de políticos corruptos com o crime organizado

O debate sobre a segurança que os governos vêm travando no Brasil somente gera mais morte e carnificina. A política de segurança adotada está relacionada com uma jogada midiática de mostrar policiais na rua, intervenção militar, Força Nacional, sinalizando para um aumento de uma “guerra social”, para fins eleitoreiros.

Ao mesmo tempo, os mesmos governos promovem um esvaziamento do serviço de investigação, desestruturação das polícias investigativas, dificultando a apuração do funcionamento do crime organizado no país e suas conexões com o poder público.

É provável que isso ocorra porque parte significativa das lideranças do crime organizado vinculadas ao tráfico de drogas, jogo de bicho, rede de receptação tem relações promíscuas com políticos tradicionais. Uma investigação sé-

ria certamente tende a identificar os reais financiadores do crime e seus beneficiários.

As imagens do helicóptero de um político carregado com 445kg de cocaína é somente uma expressão desse fato. O caso completou 5 anos em 24 de novembro de 2018 sem que ninguém fosse preso. A aeronave havia parado para abastecer na fazenda da família de Aécio Neves antes da apreensão pela Polícia Federal (PF). O dono, Gustavo Perrella, que era deputado estadual, virou diretor da CBF.

Não é à toa que o projeto do ministro Sérgio Moro não ousa ir de encontro às condições estruturais dos aparelhos de segurança pública e, ao invés disso, procura inventar pequenas medidas para ludibriar a população de bem. As verdadeiras soluções para a segurança pública ameaçam o próprio Estado.



Candidato a deputado estadual pelo PSL, vice de Flávio Bolsonaro para prefeitura do Rio em 2016, rasgou a placa que homenageava Marielle Franco.

Foto: Reprodução - Instagram

UM ANO SEM MARIELLE

No dia 14 de março completa um ano do assassinato da vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes, ainda impune. A investigação da polícia aponta o envolvimento da milícia chamada Escritório do Crime no caso. 5 suspeitos foram presos em uma operação policial chamada Os Intocáveis.

De acordo com O Globo, até novembro de 2018, a mãe e a esposa do homem considerado pelo Ministério Público principal liderança da organização criminosa, o capitão Adriano Magalhães da Nóbrega, eram empregadas no gabinete do senador eleito e ex-deputado estadual Flávio Bolsonaro, filho do presidente.

Mulher negra, lésbica, cria da favela da Maré e defensora dos



Direitos Humanos, Marielle criticava a intervenção federal no Rio de Janeiro os abusos de autoridade por parte de policiais militares contra moradores de comunidades carentes.

Como vereadora, redigiu e firmou 16 projetos de lei que buscavam garantir apoio aos direitos das mulheres, a população LGBT, aos negros, moradores de favelas e também dos policiais.



Polícia Federal encontra 445kg de droga em helicóptero de Gustavo Perrella, em 24/11/2013

Movimento negro denuncia pacote anti crime de Moro na Comissão Interamericana de Direitos Humanos

“Se alguém disser que quero dar carta branca para policial militar matar, eu respondo: quero sim! O policial que não atira em ninguém e atiram nele não é policial.”

(Jair Bolsonaro – Presidente da República Federativa do Brasil)

A frase do presidente do país é destacada no início da denúncia protocolada por organizações do movimento negro – entidades da sociedade civil organizada de defesa dos Direitos Humanos – no dia 20 de fevereiro na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), órgão autônomo da Organização dos Estados Americanos (OEA), sobre o pacote anticrime apresentado ao Congresso Nacional pelo ministro da Justiça, Sérgio Moro.

O documento, que já está em análise, pede um posicionamento do órgão sobre as medidas e que

disponibilizem um observador internacional para acompanhar o caso no Brasil.

Para as organizações, “o ‘Pacote Anti Crime’ ignora fatos, evidências, pesquisas, elaborações acadêmicas e científicas, além de toda a mobilização da sociedade em torno do tema, e propõe algo dissonante ao que vem sendo discutido e defendido como solução para o grave problema de segurança pública vivida no Brasil”. O movimento negro caracteriza as iniciativas como deliberados ataques e violações aos direitos humanos no país.

De acordo com o mesmo documento, as políticas do atual gover-



no aprofundam as desigualdades sociais e os números de assassinatos da população negra, o que chamam de genocídio.

Entre os pontos do projeto que mais colocam em risco a comunidade negra, as entidades destacam a proposta de prisão em segunda instância e o menor rigor na apuração e punição de casos de homicídio cometidos por agentes de segurança do Estado.

Mais de 30 entidades assinam o documento, a exemplo da Aliança Hip Hop Taquaril, Casa do Meio do Mundo, Coletivo Negro Vozes da UFABC, CONEN – Coordenação Nacional de Entidades Negras, Fopir-Fórum Permanente pela Igualdade Racial, MMN – Marcha de Mulheres Negras, MNU - Movimento Negro Unificado, o Movimento Independente MÃES DE MAIO e UNEAFRO BRASIL.

A estrutura policial deve estar subordinada à população

Em linhas gerais, o que Sérgio Moro vem apresentando é uma política midiática de aumento da população carcerária no sistema prisional falido, superlotado, que não tem como meta recuperação dos detentos, ao invés disso, empurrá-los mais ainda para a criminalidade.

O projeto Anti Crime acaba expondo ainda mais os policiais a ação de criminosos, na medida em que se generaliza a compreensão de que o objetivo da ação policial é abater os supostos criminosos.

Tudo isso tende a tencionar a “guerra civil” urbana que, como resultado, vai contribuir para aumentar os índices de mortes não somente das facções, mas também de policiais e inocentes. Aliás, o aprofundamento da violência em todos os níveis sociais tem sido o resultado das ações de governos



que apostam na criminalização, na “brutalização” contra as comunidades da periferia e do campo.

Ao contrário do que propõem Moro e Bolsonaro, os crimes de autoridades policiais devem ter punições exemplares, assim como de qualquer cidadão. É preciso combater a prática do projeto de higienização étnico-racial e criminalização

da pobreza que tem sido levada pelos governos respaldados por amplos setores da elite.

A estrutura policial deve estar subordinada à população, deixando de ser um instrumento de coação aos pobres. Os policiais devem ter direito de se organizarem sindicalmente e politicamente. E a polícia deve enfrentar os principais crimes

no Brasil, como o crime de colarinho branco, cometido por grandes empresários e políticos corruptos.

É preciso enfrentar a violência urbana e crise social atacando a raiz dos problemas, sem políticas ilusórias e mais autoritárias que vão intensificar o conflito urbano.

Faz-se necessária a unificação e organização dos diversos setores da classe trabalhadora para enfrentar a retirada de direitos e defender o investimento em áreas fundamentais para a vida e dignidade do povo.

- Desmilitarização da polícia já!
- Pelo livre direito de organização da população e dos movimentos sociais!
- Contra todas as formas de opressão e exploração!
- Valorização dos serviços e servidores públicos!